



Atuação da Venezuela chavista para seu entorno regional

Uma aplicação da ótica construtivista

Stephanie Braun Clemente

Sobre a autora:

Doutoranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ (PPGRI/UERJ). Pesquisadora no Laboratório de Estudos sobre Regionalismo e Política Externa (LeRPE), no Núcleo de Estudos de Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE) e no Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

Editor: Daniel Oppermann



Licença Creative Commons
Atribuição + NãoComercial + SemDerivações
Essa publicação possui a licença Creative
Commons CC-BY-NC-ND. Ela pode ser
compartilhada por qualquer indivíduo.
Somente sem fins lucrativos.

Os argumentos e opiniões presentes neste Working Paper, assim como os gráficos, imagens, citações e referências são de exclusiva responsabilidade dos autores e não representam o pensamento dos editores, do NUPRI ou da Universidade de São Paulo.



Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais
Universidade de São Paulo
Rua do Anfitheatro 181
Colméia Favo 7
Cidade Universitária
05508-060
São Paulo, SP
Brasil

<https://www.nupri.com.br>
<https://nupri.prp.usp.br>

Resumo

O trabalho versa, de forma analítica, sobre a política externa venezuelana nos anos em que Hugo Chávez esteve à frente do poder executivo do país (1999-2013), focando, especificamente, na desfechada para seu entorno regional: América Latina, América do Sul e Caribe, tendo o país atuado como líder regional dentro de tal espaço. A partir deste tema, é empregada a ótica da teoria construtivista nas Relações Internacionais, especialmente a consideração de Wendt (1999), de que estruturas sociais são formadas por ideias, interesses e condições materiais. Sendo assim, por meio de uma revisão de literatura pautada por fontes secundárias, o artigo cumpriu seu objetivo de realizar uma leitura construtivista da atuação desfechada pela política externa venezuelana para seu entorno regional nos anos em que Hugo Chávez esteve no poder. Concluímos, em suma, que na releitura do bolivarianismo realizada por Chávez, era importante que alguns objetivos fossem perseguidos, como o declarado caráter anti-imperialista e anti-estadunidense, as contestações frente a dependência externa do país e da região, bem como a busca pela conformação de uma unidade latino-americana, sul-americana e caribenha. Assim sendo, o uso da teoria construtivista auxiliou na compreensão de que os aspectos de cunho social, ou seja, ideias e interesses, somente foram postos em curso devido às condições materiais favoráveis do Estado naquele momento.

Palavras-chave: Venezuela, Hugo Chávez, Integração Regional, Construtivismo, Relações Internacionais

Introdução

O presente trabalho traça uma análise acerca da política externa venezuelana nos anos em que Hugo Chávez esteve à frente do poder executivo do país (1999-2013), focando, especificamente, na desfechada para seu entorno regional: América Latina, América do Sul e Caribe. Entende-se que o país ocupou lugar de relevância na região, tendo desempenhado o papel de líder regional em tal período. A literatura sobre integração regional classifica o tipo de integração implementada nos anos que coincidiram com os governos chavistas com alcunhas como “pós-liberal” ou “pós-hegemônico”, momento em que o tipo de integração sofreu alterações ao que imperava até então.

Visto isto, é preciso pontuar que todos representam papéis sociais, inclusive os Estados. E tais papéis são múltiplos, variando de acordo com o tipo de interação. Assim sendo, o presente trabalho irá analisar, especificamente, a aplicação dos pressupostos construtivistas, levando em consideração o desempenho do papel específico da Venezuela como líder regional ao longo dos anos em que Hugo Chávez presidiu o país. Por abordar a questão de papéis sociais cumpridos por Estados, será empregada, também, a *Role Theory* (Holsti 1970), de forma a demonstrar a conexão entre esta e o construtivismo para explicar o caso supracitado. De tal maneira, consideramos que a identidade dos atores é socialmente construída a cada momento do tempo, de maneira que não são dadas e nem mesmo fixas. No caso da política externa chavista para o âmbito da América Latina, América do Sul e Caribe, a identidade de líder regional foi conformada ao longo das administrações de Hugo Chávez.

O país era reconhecido por sua proeminência regional, principalmente nas instâncias em que o petróleo era motor para a atuação, e se destacava em diversas instâncias regionais, sendo a arena energética a que maior ênfase foi dada. Atuar no papel de líder regional fazia sentido e estava de acordo com os interesses nacionais do país, pautados nos ideais bolivarianos e possibilitado pelos recursos provenientes da exportação petrolífera da nação. Por conta disto, é empregada com ênfase no artigo a perspectiva construtivista das relações internacionais.

De tal maneira, a pergunta que norteia a presente pesquisa pode ser escrita da seguinte forma: Como a política externa posta em prática pela Venezuela chavista para a região da América Latina, América do Sul e Caribe pode ser explicada a partir da análise acerca de seu aparato ideológico, interesses e condições materiais? Assim sendo, o objetivo específico e central do trabalho consiste em realizar

uma leitura construtivista da atuação desfechada pela política externa venezuelana para seu entorno regional nos anos em que Hugo Chávez esteve no poder (1999-2013).

Por conseguinte, o artigo foi dividido em três seções, além da introdução e conclusão. A primeira seção traça, em linhas gerais, uma discussão acerca dos pontos principais e relevantes do construtivismo nas Relações Internacionais (RI) e defende como tal teoria se mostra adequada para analisar o caso aqui já descrito. Em seguida, a segunda seção discorre brevemente sobre o uso da *Role Theory* nas RI e explica por que a literatura especializada considera que a Venezuela desempenhou o papel de líder regional nos governos de Hugo Chávez. Por fim, a terceira seção versa a respeito da atuação chavista em sua arena regional, mostrando, a partir de subseções específicas como as ideias, os interesses e as condições materiais do país conformaram o desempenho de tal papel.

A Teoria Construtivista nas Relações Internacionais

Em primeiro lugar, é preciso pontuar que a teoria construtivista não é oriunda da disciplina das RI. Esta é uma teoria social, utilizada em muitos campos do saber, como na sociologia e psicologia, portanto também conhecido como construtivismo social (Castañon 2004). Entretanto, ao empregar pressupostos construtivistas para a análise internacional, tem-se que as estratégias adotadas pelos Estados são construídas socialmente, pautadas por ideias que estes possuem sobre a realidade social e o mundo (Berger e Luckmann 1966; Adler 1999; Adler 2005; Adler 2013; Wendt 1999; Zehfuss 2004).

Os Estados procuram conferir significados sociais para processos que se desenrolam no sistema internacional, a partir da consideração de Wendt (1992) de que “a anarquia é o que os Estados fazem dela” (Wendt 1992, p. 1, tradução nossa). Pela lógica construtivista, o mundo – a estrutura internacional – não é pré-determinado, mas sim co-constituído pela interação entre a estrutura e os agentes (Adler 2005; Adler 2013; Zehfuss 2004). Para esta teoria, não há antecedência nem prevalência ontológica entre eles, ou seja, nem a estrutura determina o agente e nem o agente pauta a estrutura, pois ambos são constituídos simbioticamente (Euzebio 2016). A ontologia de tal teoria é diferente das de outras tradições, visto que repousa seu foco nos atores: em quem são, porque acreditam no que acreditam e porque agem da maneira que agem.

O construtivismo, então, busca enfatizar aspectos de cunho social na materialidade. Para tal corrente teórica, deve-se ter uma concepção cognitiva e intersubjetiva do processo analisado e, no mais, acreditam que as identidades e os interesses são endógenos à interação e não exógenos (Wendt 1992, p. 424). Para tal teoria, pesa a consideração de que agentes são, ao mesmo tempo, racionais e auto interessados e, também, possuem identidades sociais que conferem as bases para suas preferências (Euzebio 2016). E ainda, os construtivistas não excluem a materialidade de sua equação analítica, já que a noção de estrutura compreende recursos – entendidos como o poderio econômico, tecnológico, demográfico e condições geográficas dos países – e considera os processos comunicacionais e regras de conduta em tais ambientes, que são sociais (Euzebio 2016).

Outro ponto crucial para a teoria construtivista é a questão da identidade. Para tal campo teórico, as identidades são percebidas a partir da relação existente entre interesses e preferências. Como salienta Euzebio (2016) sobre tal aspecto “[...] os atores agem em um ambiente ao qual se confere significado em uma dinâmica de construção social, de modo que interesses, tal como identidades, estão ligados a processos sociológicos de interação” (Euzebio 2016, p. 15). As identidades nada mais são do que uma formação discursiva construída socialmente. E, assim sendo, identidades e interesses não são fixos.

Ao trabalhar com a perspectiva construtivista, o trabalho dará foco para a noção de construção social e em como ideias e interesses são definidos pelos Estados na interação social, relacionadas com as capacidades materiais do país. Assim, partimos da consideração de que a estrutura de qualquer sistema social é formada por ideias, interesses e condições materiais, em uma relação de interconexão entre todos esses fatores, que culminam, então, na ação estatal e na definição de interesses nacionais da política externa dos Estados, neste caso, da Venezuela. Por mais que tais elementos sejam relacionados, eles são distintos, de forma que são complementares e todos devem ser tomados em conta para explicar os resultados sociais (Wendt 1999, p. 231).

De tal maneira, a significação das condições materiais é formada, em partes, por interesses, entretanto não a mesma coisa; assim como os interesses são constituídos de ideias, mas não são a mesma coisa. Porém, sem ideias não há interesses, sem interesses não existem condições materiais significativas e, sem as condições materiais, não há realidade (Wendt 1999, p. 139). Wendt (1999), então, defende que faz mais sentido, para fins analíticos,

trabalhar com os três elementos como sendo três “estruturas” separadas: estrutura ideacional, estrutura de interesses e estrutura material. Mas, enfatiza que “para qualquer sistema social, existe apenas estrutura, no singular” (Wendt 1999, p. 139, tradução nossa).

Visto isto, um ponto relevante de análise para o presente trabalho consistirá no interesse nacional dos Estados, conceito que para Adler (1999) seria o mais sensível e submisso à lógica da teoria construtivista, pois a teoria seria a que estaria mais bem equipada para demonstrar como esses interesses nascem, como tornam-se entendimentos políticos gerais e como são selecionados pelo processo político. Os interesses nacionais são, então, compreensões intersubjetivas acerca dos meios mandatórios para a promoção de poder, influência e riqueza de uma nação, dada a repartição de poder e conhecimento na sociedade em questão. Para o autor “o construtivismo conduz, portanto, ao estudo empírico das condições que fazem uma concepção intersubjetiva particular de interesse prevalecer sobre outras” (Adler 1999, p. 225, tradução nossa).

Tendo apresentado os pontos cruciais acerca do construtivismo nas relações internacionais, é preciso defender que acreditamos que esta forma de análise seja a mais adequada para versar acerca da política externa da Venezuela para a região porque, como a “anarquia é o que os Estados fazem dela” (Wendt 1992, p. 1, tradução nossa), defendemos que a Venezuela chavista usou de seu aparato material e ideacional para propagar interesses regionalmente, buscando minimizar os efeitos considerados prejudiciais da hegemonia estadunidense e propagar a Revolução Bolivariana no continente. Sendo assim, o ambiente anárquico teria favorecido e possibilitado que a diplomacia de Chávez conquistasse novos parceiros comerciais e políticos, bem como encontrar aliados para a promoção de seu projeto político internacionalmente, de forma a consecutar seus interesses. Desta forma, as três estruturas de Wendt (1999, p. 139) mostram-se mutuamente constituídas e constituem as bases de sustentação da presidência de Chávez (Matos e Fogolari 2021). Por fim, para dar continuidade na análise, na próxima seção serão explicados, de maneira mais aprofundada, os motivos pelos quais a literatura especializada considera que a Venezuela chavista se conformou como um dos Estados líderes regionais em tal período.

A identidade venezuelana na política externa regional: um dos polos de liderança

A *Role Theory* (doravante Teoria dos Papéis), assim como a teoria construtivista, é empregada em distintas áreas do saber, como na psicologia, filosofia, antropologia, sociologia e, também, nas RI (Thies e Breuning 2012, p. 2). Para este aparato teórico, o papel (*role*) é um conceito normativo, que diz respeito ao comportamento dos atores, que desempenham algum papel dentro do sistema social em que se encontram (Thies 2010; Breuning 2011; Breuning 2017). Sekhri (2009) afirma que o uso da noção de papéis nas RI faz alusão a um espetáculo teatral, em que cada unidade internacional é entendida como um ator a desempenhar um ou diversos papéis no sistema. Tais *roles* causam expectativas nos atores sociais, afinal os papéis são formados de maneira interacional (Wehner 2015), formados tanto pelas interpretações do consecutor do papel quanto de seus observadores (Breuning 2011), ou seja, é relacional (Wehner 2015; Wehner 2023; Thies 2013). Nesse sentido, Holsti (1970) ressalta que tal teoria “ênfatiza a interação entre a prescrição do papel do (*alter*) e o desempenho do papel do ocupante da posição (*ego*)” (Holsti 1970, p. 239, tradução nossa).

De tal forma, a *Role Theory* dialoga bastante com a lógica construtivista, visto que leva em consideração tanto o agente quanto a estrutura e elenca os processos sociais como relevantes para as análises. E ainda, acredita que as identidades são oriundas de processos sociais. Outrossim, essa ótica também foge do foco de abordagens racionalistas, ao dar importância para a realidade social e para como os formuladores de políticas/líder do Estado percebem a unidade estatal, se posicionam e interagem no sistema internacional (Holsti 1970; Cantir e Kaarbo 2012; Breuning e Pechenina 2020). Consequentemente, é cabível empregar a lógica da teoria dos papéis na presente análise construtivista, a qual busca entender os elementos que levaram a Venezuela a se engajar em uma atitude de um país relevante para a região.

A literatura que versa sobre a aplicação da *Role Theory* na Venezuela chavista considera que o país teria desempenhado naquele íterim o papel de líder regional (Thies 2014; Wehner 2015). Isso se dá devido a maior participação e presença do país em instâncias integrativas consolidadas (Mercado Comum do Sul/Mercosul e União das Nações Sul-Americanas/Unasul), bem como por ter encabeçado a criação de novas, nas quais exercia certa pre-

ponderância: a Alba e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Ademais, a Venezuela em tal período era conhecida pela concessão de auxílios financeiros para Estados parceiros, por meio de sua renda petrolífera, o que estimulou seu caminho rumo à liderança regional. A seguir, o trabalho abordará a explicação de como se deu a performance da Venezuela na região, demonstrando como as ideias, os interesses e as condições materiais se reforçaram mutuamente, auxiliando no resultado da política externa.

A atuação da Venezuela chavista em sua arena regional: ideias, interesses e condições materiais

A prioristicamente, é fundamental compreender como os termos “integração regional” ou “regionalismo” (Malamud 2012) são interpretados pela literatura especializada. Sendo assim, tal processo pode ser definido como o procedimento pelo qual os Estados se amalgamam, de maneira voluntária, com os Estados vizinhos. Em seu decurso, é mandatório que estes renunciem partes de sua soberania, com a contrapartida de conquistarem novas formas de resolução de conflitos em conjunto (Haas 1971; Saraiva e Hernández 2021).

Com o passar do tempo, cada período da integração latino-americana passou a receber nomenclaturas específicas. No que tange o tipo de regionalismo posto em prática ao longo dos anos em que Hugo Chávez presidia a Venezuela (1999-2013), este pode ser chamado tanto de “pós-liberal” (Veiga e Ríos 2007, p. 21) quanto de “pós-hegemônico” (Riggirozzi e Tussie 2012, p. 39, tradução nossa). Para fins do presente trabalho, a catalogação como pós-hegemônico é vista como a mais adequada para versar acerca da inserção da Venezuela em adjacências regionais, afinal tal termo representa bem a luta empreendida pela Revolução Bolivariana chavista contra o imperialismo hegemônico dos Estados Unidos (EUA), inclusive contra a predominância estadunidense em sua vizinhança.

Assim, é preciso realizar também algumas considerações a respeito da política externa venezuelana quando dos anos de Chávez no poder. Hugo Chávez assumiu o país no ano de 1999 e deparou-se com um cenário de forte crise econômica, o que fez com que os primeiros esforços desfechados tenham sido compenetrados para a retomada da estabilidade a nível macroeconômico. Diante deste cenário, não havia espaço para mirar na política

externa e em transformações substâncias dela (Oliveira 2011). Entretanto, a partir de 2002, o cenário torna-se outro. Isto se dá pelo fato de que o governo passou por uma tentativa de golpe, orquestrado por grupos opositores, que afastou o presidente do poder por um período de aproximadamente 48 horas. Depois de tais acontecimentos, em 2004, houve a realização de um referendo revogatório¹ no país, do qual Chávez saiu vitorioso. Após isto, mudanças nas políticas internas e externas foram postas em marcha: houve alterações no quadro de funcionários administrativos – dentre eles, de pessoal do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MP-PRE) – um aprofundamento nas propostas e metas da Revolução Bolivariana e uma atuação dotada de maior personalismo por parte do presidente (Clemente 2022).

De mais a mais, a política externa chavista buscava pela multipolaridade no sistema internacional, em contrapartida com o que argumentavam ser a unipolaridade dos EUA no sistema. Isto demonstra, mais uma vez, a importância da diversificação de parcerias, tanto com países da região quanto com a China, Rússia e União Europeia (Venezuela 2001). Partimos, então, da consideração de que a estrutura de qualquer sistema social é formada por ideias, interesses e condições materiais, em uma relação de interconexão entre todos esses elementos, que culminam na ação estatal e na definição de interesses nacionais da política externa dos Estados. As identidades nada mais são do que uma formação discursiva construída socialmente. De tal maneira, é crucial considerar o papel apontado pela *Role Theory*, de líder regional do ator social Venezuela e como tal papel foi conformado a partir do aparato ideacional, material e dos interesses do país. Para tanto, as subseções que se seguem irão analisar, separadamente, as estruturas ideacional, de interesses e material que, juntas, conformaram a política externa regional do país.

Ideias

As ideias são parte fundamental da atuação de um Estado no sistema internacional. As ideias conformam as bases para suas atitudes, ou seja, para sua ação *de facto*. Em muitas teorias tradicionais das RI, as ideias são negligenciadas e consideradas como não relevantes na ação política concreta. Porém, para o construtivismo, elas são determinantes para a análise e devem ser analisadas e tomadas em conta para compreensão total do que se está buscando estudar, afinal permeiam os interesses construídos, já

que sem ideias, os interesses são inexistentes, e as capacidades materiais seriam usadas sem propósitos coerentes (Wendt 1999). Isto implica enfatizar que os recursos materiais dos Estados apenas adquirem sentido e significado ao passo que são formados por ideias (Adler 2005; Míguez e Morgenfeld 2020).

Ao versar sobre a Venezuela chavista em sua atuação regional, é imprescindível falar sobre o bolivarianismo, que consiste no aparato ideológico do governo, que busca concretizar a Revolução Bolivariana. Sendo assim, é preciso traçar quem foi Simón Bolívar e pelo que lutava. Também conhecido como “libertador”, configurou para a história um importante ator do processo de emancipação das Américas. Foi muito importante na luta e auxiliou na libertação de praticamente toda a América Andina – Venezuela, Colômbia, Panamá, Equador, Bolívia e partes do Peru – frente a exploração econômica da Espanha (Gavião 2018).

Em termos regionais, Bolívar defendia o conceito de “centralismo”, ou seja, da criação de uma unidade central para a região; a formação de uma grande nação autônoma, também conhecida como Pátria Grande (Matos 2021). Para Bolívar, era fundamental que os projetos de união lograssem êxito, para que a independência não acabasse se tornando um ponto de perturbação, mas sim um elemento equilibrador (Romero 1990 apud Romero e Cardozo 2002).

Na Venezuela, historicamente, fazer referência a Bolívar é uma das peculiaridades do país, visto que ele foi um importante personagem para a nação, peça determinante para a conquista de sua emancipação (Gott 2004, p. 136). Tal expressão foi cunhada por um antigo presidente venezuelano, o general Eleazar López Contreras, que governou dentre os anos de 1936 e 1941 (Belém Lopes 2013). Assim sendo, Chávez promoveu uma dentre outras releituras do legado de Bolívar, tornando-se a mais conhecida entre elas. Afinal, as ocasiões em que o conceito foi utilizado, nem sempre configuravam uma orientação política em comum, de forma que também já houve tipos de bolivarianismo mais à direita, como foi o caso do de López Contreras (Belém Lopes 2013).

Entretanto, com o enfoque conferido por Chávez, as ideias bolivarianas foram institucionalizadas na Constituição de 1999 e o bolivarianismo tornou-se um emblema moral do processo político do Estado venezuelano (Silva e Arce 2014). Como forma de impulsionar a ideologia bolivariana regionalmente, Chávez impulsionou a criação da Alba,

¹Realizado para consultar à população acerca da permanência ou não do presidente eleito no cargo após a tentativa de golpe de 2002 e por conta das relações de tensão entre a oposição e o governo. A vitória de Chávez neste pleito renovou sua legitimidade interna e internacional (Clemente 2022).

um modelo de integração que, além de lutar contra a implementação da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) e da interferência dos EUA nas Américas, se colocava contra o viés apenas econômico e neoliberal – relegado ao regionalismo aberto – e lutava contra a pobreza e exclusão social em âmbito hemisférico (Molano-Cruz e Briceño-Ruiz 2021). A Alba conformava, em termos construtivistas, conhecimentos intersubjetivos, pautados pelos ideais bolivarianos. Além da construção da Alba, a Venezuela buscou participar de mecanismos criados em tal momento, como a Celac² e a Unasul³, e desfechou esforços para aderir ao Mercosul⁴.

Sendo assim, as ideias bolivarianas mostraram-se determinantes para a ação da Venezuela internacionalmente e, também, em termos de integração regional. A noção de que era preciso performar uma atuação de preponderância e influência na região, com o intuito final de conformar uma união dos Estados latino-americanos e caribenhos em uma Pátria Grande, corresponde às atitudes tomadas pelo país regionalmente. Mesmo dentro das instâncias regionais em que a ideologia bolivariana não era predominante, como no Mercosul, na União Unasul e na Celac, a participação venezuelana era estratégica, pois era determinante integrar tais instâncias com a finalidade de conformar a aspiração venezuelana de ser um líder regional, confrontando a presença dos EUA. Além disto, estas instâncias eram vistas como oportunidades – ainda que não plenamente satisfatórias em seus resultados – para projetar os princípios ideológicos integrativos da Revolução Bolivariana.

Interesses

A interconexão entre ideias, interesses e condições materiais, como já exposto, consiste em que, os interesses de um Estado são formados por meio de ideias acerca de si mesmo e de seus pares no sistema internacional; ao passo em que, sem a existência de tais interesses, as condições materiais pouco significariam. De tal forma, tem-se a importância de

analisar os interesses da política externa chavista para seu entorno regional, levando em consideração que as identidades e os interesses são endógenos à interação (Wendt 1992), ou seja, só existem e são conformados porque o Estado não age em um vácuo internacional; é preciso haver interação para a formação dos interesses e das identidades, já que os atores agem em um ambiente em que significados são construídos socialmente.

Como já apontado, o tipo de relacionamento entre Estados em um ambiente anárquico é intersubjetivo e socialmente construído. Assim sendo, o tipo de vínculo bilateral da Venezuela chavista com os EUA configura algo único na história do país⁵, posto que tais nações mantiveram suas relações comerciais em bases estáveis⁶ a despeito de, em termos políticos, o relacionamento ser mais voltado para o conflito (Clemente 2022). Nesse sentido, de acordo com o que já foi visto acerca da estrutura ideacional da Venezuela chavista, um dos maiores interesses que permeavam a política externa residia na busca por conter o poder hegemônico dos EUA no hemisfério, ao passo que, ao empreender tais esforços, o país poderia, teoricamente, reduzir ligeiramente sua dependência comercial com tal parceiro histórico. Acreditava-se que, de tal maneira, avanços seriam dados no sentido da construção de um mundo multipolar, com menor preponderância dos EUA.

Ademais, tal interesse andava de mãos dadas com o de consolidar a Revolução Bolivariana na arena regional, que graças às condições materiais presentes no momento (as quais serão detalhadas na subseção abaixo), encontrou espaços para ser propagada, ainda que incipientemente. Dilatar a Revolução consistia em aumentar sua projeção em termos regionais – com o intuito de conformar uma união entre os Estados vizinhos, aos moldes das ideias de Bolívar – e ser mais proeminente do que os EUA no continente americano. Era imprescindível para a Venezuela ser um polo relevante, contar com aliados e constituir alternativas ao poder dos EUA. Afinal, a construção de uma ordem multipolar passava pela arena regional, de fundamental importância para

²Dentro de tal mecanismo regional, a ideologia bolivariana não imperava como na Alba, ou seja, não havia unidade plena de princípios entre seus membros. Porém, encontrava espaço para coexistir com outras ideias e interesses, afinal, era importante para Chávez ocupar esse espaço de relevância em sua atuação externa.

³A Venezuela foi um ator que atuou de maneira ativa em sua criação, sendo enfática ao ressaltar a importância de que outras temáticas fossem abordadas dentro da instituição, para além de pautas comerciais. A nação venezuelana buscou usar a Unasul como plataforma ideológica em torno da formação do buscado eixo anti-estadunidense, mas não logrou o êxito esperado (Bustamante e Giacalone 2021).

⁴A entrada em tal mecanismo refletia, simbolicamente, a perspectiva de que os princípios bolivarianos fossem fincados em um dos processos de integração mais antigos da América do Sul (Ferreira 2016) e ecoassem junto dos outros governos progressistas.

⁵Porque antes da ascensão de Chávez a Venezuela era tida como uma aliada praticamente incondicional do *hegemon*, sem que muitas contestações tenham sido feitas ao poder dos EUA pelas administrações anteriores. Da mesma forma, ao longo dos governos de Maduro, o que se observa é o agravamento das tensões entre os Estados, de forma que nem mesmo o petróleo foi capaz de manter o relacionamento, que chegou a ser rompido em 2019.

⁶Tentativas de redução da interdependência econômica foram empregadas no período, como a busca por diversificar parcerias. No entanto, ainda assim, o comércio entre os dois se manteve como primordial para ambos.

tal feito (Clemente 2022).

Isto posto, ao abordar os interesses venezuelanos, é preciso retomar o debate acerca da definição dos “interesses nacionais” para o construtivismo. Como já apresentado, estes são caracterizados como percepções intersubjetivas acerca dos meios para a promoção do poder, influência e riqueza de uma nação. Neste cenário, uma compreensão intersubjetiva particular prevalece sobre as outras e torna-se aquilo que o Estado tem como interesse nacional (Adler 1999). No caso específico aqui analisado, tem-se que a elevação de Chávez ao poder no ano de 1998 – possibilitada pelo contexto anterior de crise do sistema do *Pacto de Punto Fijo* e de necessidade de mudanças políticas por parte da população – possibilitou que a compreensão intersubjetiva dos ideais bolivarianos prevalecesse às demais formas de enxergar o poderio do Estado.

Por fim, como Wendt (1992) pontua, a concepção da identidade de um Estado se dá juntamente a projeção de seus interesses e de suas preferências. Assim sendo, a percepção da identidade venezuelana em termos regionais perpassa os interesses de contenção do poderio dos EUA e do avanço da Revolução Bolivariana regionalmente. Com tal finalidade, o desempenho do papel de líder regional (Thies 2014) configura a identidade regional do país em tais anos. O posicionamento da nação como um dos polos de liderança demonstrava o intuito de fortalecer os graus de cooperação entre os países da América Latina e Caribe, bem como de reduzir os níveis de dependência que o próprio país ainda possuía frente ao mercado estadunidense.

Condições materiais

Por fim, as condições materiais de um país são de extrema importância, visto que sem elas, não há, de fato, uma realidade; ao passo que sua significação perpassa os interesses estatais, que por sua vez são constituídos por ideias (Wendt 1999, p. 139). Impreterivelmente, o que baseia e dá forma às condições materiais da Venezuela para que as ideias e interesses domésticos e internacionais consigam ser consecutados, é a produção e exportação de petróleo e seus derivados. Ao menos desde 1830, o sistema produtivo do país era baseado, majoritariamente, por produtos agrícolas, tais como o café, o cacau e o gado (Grande 2017). Entretanto, já em

1927, a produção petrolífera começou a se conformar como a principal fonte de exportação do país, momento em que o comércio exterior de tal *commodity* ultrapassou, pela primeira vez, a dos produtos agrícolas. Diante de tal cenário, a Venezuela, desde meados da década de 20, já despontava como um dos principais países exportadores de petróleo.

Nos anos em que Hugo Chávez comandou o país, o cenário não era diferente. O lado positivo deste contexto reside no fato de que, estando tal *commodity* em alta, o país conseguia as divisas basilares para a economia interna e para exercer a diplomacia petroleira⁷. Porém, o lado contraproducente é caracterizado pelo que a literatura nomeia como “Doença Holandesa”⁸, traço complicado por deixar o país à mercê das oscilações dos preços do petróleo no mercado mundial (Clemente 2022).

No entanto, em tais anos, uma boa maré conspirou para que os preços internacionais do petróleo estivessem em alta. Isto possibilitou um aumento significativo nos ingressos fiscais venezuelanos. Com isto, a administração pôde expandir gastos públicos e, externamente, o acréscimo nas condições materiais possibilitou o regresso a uma atitude mais proativa da política externa venezuelana, auxiliando-a a consecutar seus interesses pautados pelos ideais bolivarianos, empreendendo ações diplomáticas com maior assertividade (Cícero 2016).

Esse quadro de dependência venezuelana dos recursos advindos da renda do petróleo assevera porque, ainda que permeados por um relacionamento mais pendente para o conflito retórico, a Venezuela e os Estados Unidos mantiveram em bons níveis seu comércio. Por ser os EUA um dos principais parceiros comerciais, principalmente no setor do petróleo, a Venezuela não podia abandonar completamente tal relacionamento bilateral. Aliás, o mercado estadunidense se manteve como o principal parceiro do país. De outra perspectiva, a Venezuela também demandava produtos exportados pelos EUA (Clemente 2022). Empregando a ótica construtivista para analisar tal peculiaridade na faceta comercial deste relacionamento, entende-se que é plenamente possível que os Estados tenham que adequar parte de suas atitudes para garantir as condições materiais necessárias, pois o mundo material é capaz de oferecer resistências quando os Estados agem sobre ele (Adler 1999).

⁷Tipo de diplomacia desenrolada por Chávez com o intuito de configurar um contraponto ao poder e à dominação dos EUA. Implicava no uso dos recursos gerados pela exportação de sua principal *commodity*, com a finalidade política de projetar uma nova forma de protagonismo internacional para o país, baseado no Socialismo do Século XXI, além de possibilitar para o regime chegar mais perto da consecução da Revolução Bolivariana.

⁸Define casos em que o crescimento de um país se dá por meio da exportação de recursos naturais, o que valoriza a moeda local e acaba levando, por conseguinte, à desindustrialização do setor manufatureiro. Tal desindustrialização torna o país menos competitivo frente aos concorrentes externos. No caso venezuelano, como visto, a economia historicamente se conformou como dependente do petróleo para lograr importar insumos básicos para sua população (Clemente 2022).

Sendo assim, por mais que um dos interesses da política externa chavista, baseada na Revolução Bolivariana, fosse se libertar – bem como libertar também toda a região – do jugo do imperialismo do Estado hegemón, tal interesse não pôde ser plenamente posto em prática, visto que afetaria a busca pela preponderância e conformação da Venezuela como polo de liderança regional. Afinal, para tanto, era preciso manter as divisas petrolíferas do país em alta. Por mais que a economia venezuelana tenha buscado diversificar parcerias, nenhum dos outros parceiros conseguiu suprir a demanda dos EUA (Clemente 2022).

Isto implica afirmar que, não fossem os ingressos fiscais expandidos pelos recursos oriundos da exportação de sua maior *commodity*, o país não teria logrado promover projetos de integração regional e não teria as credenciais para integrar os já existentes. Tão pouco conseguiria proferir a almejada articulação energética regional. Ela tinha como foco majorar os níveis de suprimentos de combustível dos países vizinhos, sendo o âmago os Estados centro-americanos e caribenhos. Com isto, além da concretização das exportações dos produtos para mercados além dos Estados Unidos, facilitou o assentamento da influência política da administração chavista na região (Cícero 2016).

Tendo em vista o exposto, a criação da Alba é a instância de integração regional que melhor representa os ideais, interesses e condições materiais do governo chavista. A Alba resultou de uma proximidade entre os presidentes Hugo Chávez e Fidel Castro (Cuba) e foi fundada em 2004, a partir de um acordo assinado por Estados subdesenvolvidos, periféricos, que buscavam a revisão do *status quo* regional. Eles convergiam ideologicamente, sendo países governados por partidos de centro-esquerda, que contestavam a hegemonia dos EUA. Além de Venezuela e Cuba, faziam parte: Antigua e Barbuda, Bolívia, Equador, Granada, Nicarágua, República Dominicana, Santa Lúcia e São Vicente (Euzebio 2016).

Por sua vez, a PetroAmerica surgiu com vistas a ser um empreendimento por meio do qual a integração energética se desenrolaria, dentro da Alba. Ou seja, tal proposta era integralmente venezuelana e nasceu como forma de auxiliar Estados aliados, por ser pautada por princípios de solidariedade e complementariedade entre o beneficiador e os beneficiados (Cícero 2016). Buscava-se pelo uso democrático e justo dos recursos petrolíferos venezuelanos, com vistas a auxiliar no desenvolvimento dos povos, o que condiz com a estratégia denominada por Corrales (2009) como diplomacia social. De tal forma, a PetroAmerica operava desde a comercialização

do petróleo por valores mais baixos do que os do mercado internacional até a busca por condições de financiamento mais propícias para os coligados.

Conclusão

Pensar que a realidade internacional, pautada por relações entre diversos Estados e em diversas instâncias diferentes, não é algo fixo e que se dá por meio da construção social, fruto da interação estatal faz total sentido ao se olhar para a política externa da Venezuela para seu entorno regional ao longo dos governos de Hugo Chávez, como foi demonstrado ao longo do artigo. O uso da base teórica iniciada por Wendt (1999) e continuada por outros autores posteriormente, permitiu que fosse bem explicitado como as ideias, interesses e aparato material funcionaram em conjunto para lograr a política externa almejada pelo Estado. Posto de tal forma, consideramos que o objetivo central do artigo, qual seja o de realizar uma leitura construtivista da atuação desfechada pela política externa venezuelana para seu entorno regional nos anos em que Hugo Chávez esteve no poder (1999-2013), foi atingido.

Na releitura do bolivarianismo realizada por Chávez, era importante que alguns objetivos fossem perseguidos, como o declarado caráter anti-imperialista e anti-estadunidense, as contestações frente a dependência externa do país e da região, bem como a busca pela conformação de uma Pátria Grande, que consistia em uma unidade latino-americana, sul-americana e caribenha. Sendo assim, a partir do aparato ideológico do governo chavista, os interesses do país foram conformados como sendo a busca pela contenção do poderio hegemônico dos EUA na região e a consolidação da Revolução Bolivariana para além das fronteiras estatais venezuelanas, rumo a seus vizinhos.

O uso da teoria construtivista auxiliou na compreensão de que os aspectos de cunho social, ou seja, ideias e interesses, somente foram postos em curso devido às condições materiais favoráveis do Estado naquele momento. Da mesma forma que, a materialidade venezuelana somente foi empregada com uma finalidade específica e com propósitos pois tinha uma base social que guiava o emprego da renda advinda da atividade petrolífera. Por fim, tem-se que as estratégias, bem como as ações do país convergiam entre si, como com o uso da retórica agressiva frente aos EUA (reforçando o anti-imperialismo) e no uso de ajuda externa ao desenvolvimento para angariar o apoio de Estados receptores e buscar constituir unidade regional, pau-

tada na influência venezuelana (Sekhri 2009). A participação em instituições regionais, marcando presença como um líder regional, como no Mercosul, Unasul e encontrando espaços relevantes na Celac, auxiliou na projeção de seu poder regional. Tendo seu poder e influência difundidos, foi possível propagar ainda mais seu aparato ideacional, pautado no bolivarianismo, para pares regionais, tendo, com isto, também realizado os interesses da nação. Assim, a criação da Alba e da iniciativa voltada para a expansão e difusão de suas capacidades materiais em seu seio, a PetroAmerica, favoreceram ainda mais que os interesses da política externa chavista pudessem ser concretizados. Vale ressaltar, novamente, que tal ativismo empregado na política externa regional foi possível graças às condições materiais do país, pautadas na produção e exportação de petróleo e seus derivados e do *boom* de *commodities* que o mundo vivenciou naquele íterim. Visto isto, tem-se que a pesquisa auxiliou a demonstrar como a lógica construtivista pode ser empregada para a explicação da atuação da Venezuela em termos de política externa. Mostrou-se como esta lente é propícia para tal tipo de análise, ainda que a pesquisa tenha se deparado com limitações de espaço para abordar melhor a atuação do país em cada uma das instâncias de integração regional. Logo, apontamos como sugestão para futuras pesquisas, um aprofundamento da análise em tal sentido, focando em todas as organizações regionais mencionadas, por meio de uma comparação na atuação do país em cada uma, de acordo com a possibilidade de ação díspar em cada caso; ou repousando a atenção em apenas uma delas, de maneira a detalhar mais profundamente os processos sociais dentro dela e como se deu a interação entre as ideias, interesses e condições materiais no caso específico.

Referências

- Adler, Emanuel (1999). “O construtivismo no estudo das relações internacionais”. Em: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* 47, pp. 201–246.
- (2005). *Communitarian International Relations: The Epistemic Foundations of International Relations*. New York: Routledge.
- (2013). “Constructivism in International Relations: Sources, Contributions, and Debates”. Em: *Handbook of International Relations*. Ed. por Walter Carlsnaes, Thomas Risse e Beth Simmons. London: Sage.
- Belém Lopes, Dawisson (2013). “A economia política da década bolivariana: instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008)”. Em: *Revista Estudos Políticos* 6, pp. 261–277.
- Berger, Peter e Thomas Luckmann (1966). *The Social Construction of Reality*. New York: Anchor Books.
- Breuning, Marijke (2011). “Role theory research in international relations”. Em: *Role theory in international relations: approaches and analyses*. Ed. por Sebastian Harnisch, Cornelia Frank e Hanns Maull. New York: Routledge.
- (2017). “Role Theory in Foreign Policy”. Em: *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Breuning, Marijke e Anna Pechenina (2020). “Role Dissonance in Foreign Policy: Russia, Power, and Intercountry Adoption”. Em: *Foreign Policy Analysis* 16.1, pp. 21–40.
- Bustamante, Ana Marleny e Rita Giacalone (2021). “Venezuela en el auge y la decadencia del regionalismo sudamericano (2000-2018)”. Em: *El regionalismo en América Latina después de la post-hegemonía*. Ed. por Giovanni Molano Cruz e José Briceño Ruíz. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 377–402.
- Cantir, Cristian e Juliet Kaarbo (2012). “Contested Roles and Domestic Politics: Reflections on Role Theory in Foreign Policy Analysis and IR Theory: Contested Roles and Domestic Politics”. Em: *Foreign Policy Analysis* 8.1, pp. 5–24.
- Castañón, Gustavo Arja (2004). “Construccionismo social: uma crítica epistemológica”. Em: *Temas em Psicologia* 12.1, pp. 67–81.
- Cícero, Pedro Henrique (2016). “Política externa bolivariana: a inserção internacional da Venezuela ao longo dos dois primeiros mandatos de Hugo Chávez Frías (1999-2007)”. Em: *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 5.10, pp. 264–283.
- Clemente, Stephanie Braun (2022). “Hugo Chávez Frías: um comandante nas relações exteriores com os Estados Unidos.” Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Corrales, Javier (2009). “Using Social Power to Balance Soft Power: Venezuela’s Foreign Policy,” em: *The Washington Quarterly* 32.4, pp. 97–114.
- Euzebio, Douglas Fabian (2016). “A integração regional na América Latina à luz da teoria construtivista: entre o regionalismo aberto e o regionalismo pós-liberal.” Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Ferreira, Mariana Davi (2016). “A política externa venezuelana para a integração regional (2004-2012): entre a dependência estrutural e a unidade latino-americana.” Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Gavião, Leandro (2018). “Do Pan-Americanismo ao Sul-americanismo: As Identidades Supranacionais no Continente Americano em Três Tempos (1826, 1960 e 2008).” Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Gott, Richard (2004). *À sombra do Libertador*. São Paulo: Expressão Popular.
- Grande, Arthur Canival (2017). “A importância do petróleo na política externa da Venezuela e no governo Hugo Chávez.” Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.
- Haas, Ernest (1971). “The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing.” Em: *Regional Integration: Theory and Research*. Cambridge: Harvard University Press, pp. 3–44.
- Holsti, Kalevi (1970). “National Role conceptions in the study of foreign policy”. Em: *International Studies Quarterly* 14.3, pp. 233–309.
- Malamud, Andrés (2012). “Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional.” Em: *Brazilian Journal of International Relations* 1.3, pp. 367–397.
- Matos, Mateus Webber (2021). “A apropriação do legado de Simón Bolívar por Rafael Correa no Equador (2007-2017): um bolivarianismo no século XXI?” Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Matos, Mateus Webber e José Antonio Fogolari (2021). “O populismo na construção de uma política externa integrativa: o caso da Venezuela de Hugo Chávez (1999-2013)”. Em: *Conjuntura Austral* 12.58, pp. 38–49.
- Míguez, María Cecilia e Leandro Morgenfeld (2020). *Los condicionantes internos de la política exterior*. Buenos Aires: Teseopress.
- Molano-Cruz, Giovanni e José Briceño-Ruiz (2021). “El regionalismo post-hegemónico”. Em: *El regionalismo en América Latina después de la post-hegemonía*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Oliveira, Renata Peixoto (2011). “Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)”. Tese (Doutorado em Ciência Política). Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Riggirozzi, Pia e Diana Tussie (2012). *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America*. Dordrecht: Springer.
- Romero, Maria Tereza e Elsa Cardozo (2002). “Aproximación a la propuesta internacional de Hugo Chávez: Las concepciones de democracia e integración”. Em: *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura* 3.1, pp. 153–173.
- Saraiva, Miriam Gomes e Lorena Granja Hernández (2021). “Venezuela en el auge y la decadencia del regionalismo sudamericano (2000-2018)”. Em: *El regionalismo en América Latina después de la post-hegemonía*. Ed. por Giovanni Molano Cruz e José Briceño Ruíz. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, pp. 59–85.
- Sekhri, Sofiane (2009). “The role approach as a theoretical framework for the analysis of foreign policy in third world countries”. Em: *African Journal of Political Science and International Relations* 3.10, pp. 423–432.
- Silva, Marcos Antonio e Anatólio Medeiros Arce (2014). “Política Externa e Integração Regional: a Diplomacia Venezuelana entre a ALBA e a UNASUL”. Em: *Revista Sul-Americana de Ciência Política* 1.3, pp. 98–109.
- Thies, Cameron G. (2010). “Role theory and foreign policy”. Em: *The International Studies Encyclopedia*. Ed. por Renée Marlin-Bennett Robert Dene-mark. Hoboken: Wiley-Blackwell.
- (2013). “The Roles of Bipolarity: A Role Theoretic Understanding of the Effects of Ideas and Material Factors on the Cold War”. Em: *International Studies Perspectives* 14.3, pp. 269–288.
- (2014). “Role Theory and Foreign Policy Analysis in Latin America”. Em: *Foreign Policy Analysis* 0, pp. 1–20.
- Thies, Cameron G. e Marijke Breuning (2012). “Integrating Foreign Policy Analysis and International Relations through Role Theory: Integrating FPA and IR”. Em: *Foreign Policy Analysis* 8.1, pp. 1–4.
- Veiga, Pedro Motta e Sandra Ríos (2007). *O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas*. División de Comercio Internacional e Integración. Santiago de Chile: Nações Unidas/CEPAL.
- Venezuela (2001). *Líneas Generales del Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*.
- Wehner, Leslie (2015). “Role Expectations as Foreign Policy: South American Secondary Powers’ Expectations of Brazil as a Regional Power”. Em: *Foreign Policy Analysis* 11.4, pp. 435–455.
- (2023). “Stereotyped images and role dissonance in the foreign policy of right-wing populist lea-

- ders: Jair Bolsonaro and Donald Trump". Em: *Cooperation and Conflict* 58.3, pp. 275–292.
- Wendt, Alexander (1992). "Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics." Em: *International Organization* 46.2, pp. 391–425.
- (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zehfuss, Maja (2004). *Constructivism in International Relations: The Politics of Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.